

PROJETO DE LEI N° 2004
(Do Sr. Vieira Reis)

Dispõe sobre a obrigatoriedade da venda de medicamentos a granel no comércio varejista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os estabelecimentos que comercializam medicamentos ficam obrigados a vender unidades de pílulas, cápsulas e comprimidos, conforme a necessidade do consumidor.

Art. 2º O não atendimento ao disposto nesta Lei, obrigará o infrator à pena de:

- a)** Advertência;
- b)** Multa mensal no valor de R\$5.000 (cinco mil) a R\$30.000 (trinta mil) reais, mais juros a taxa SELIC;
- c)** Cancelamento de autorização para funcionamento da empresa;
- d)** Cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimento;
- e)** Intervenção no estabelecimento que receba recursos públicos de qualquer esfera.

Parágrafo Único As infrações às disposições desta lei serão apuradas em processo judicial, sujeitando os infratores às penas previstas nos incisos anteriores;

Art. 3º A multa aplicada ao infrator reverterá para o Fundo Estadual de Defesa do Consumidor referido na Lei nº 2.592/96.

f) Parágrafo Único As multas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro em caso de reincidência.

Art. 4º Os estabelecimentos que comercializam medicamentos dispõem de um prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da publicação desta Lei para atendimento das suas disposições.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Já é do conhecimento público a intenção do Ministério da Saúde de propor à indústria farmacêutica a fabricação de remédios para venda fracionada (à granel) em farmácias de todo o País. Com a venda à granel o consumidor passaria a comprar apenas a quantidade de remédio prescrita pelo médico. Atualmente, se a pessoa precisa tomar um antibiótico, por exemplo, é obrigada a comprar quantidade maior, porque as farmácias não trabalham com a venda fracionada, comum nos Estados Unidos, Canadá e Europa.

Os laboratórios através desta medida aumentarão a quantidade de comprimidos nos recipientes dos remédios de uso continuado, como os antidepressivos. Porque se o paciente consome um produto em escala maior, o correto seria adquiri-lo em quantidade suficiente.

Para que esta medida tenha plena eficácia será necessário a garantia da presença constante de farmacêuticos nas farmácias, o que impedirá a falsificação e a venda de medicamentos roubados aos consumidores. Hoje, o Brasil tem 65 mil farmácias, sendo que 40% delas têm arrecadação média de R\$ 15 mil mensais. Em pesquisa realizada pelo Conselho Regional de Farmácia do DF (CRF-DF), foi divulgado pesquisa mostrando que 86 dos 300 remédios mais vendidos no País tiveram redução de vendas de até 35%. Entre esses medicamentos, estão o Cataflan, o campeão de vendas no País, que registrou queda de 9,10% nas vendas e 12% no faturamento.

Dos 86 remédios pesquisados, 23 deles têm genéricos e 82 têm similares disponíveis no mercados. Os genéricos e similares são comercializados a preços bem menores do que os remédios de marca. A queda nas vendas dos medicamentos de marca é reflexo da entrada dos genéricos no mercado e a impossibilidade de fracioná-los para melhor atender a necessidade dos usuários.

Ao adquirir um medicamento na farmácia, o usuário tem o direito de comprar somente a quantidade necessária para o seu tratamento. Muitas vezes, a receita prescreve quantidade infinitamente inferior de pílulas ou comprimidos das constantes nas embalagens dos produtos. Isso ocorre principalmente com anti-inflamatórios e antibióticos. Os estabelecimentos que comercializam medicamentos estão preocupados com a sua margem de lucro e, conseqüentemente, vendem somente a embalagem lacrada, forçando o consumidor a levar comprimidos que provavelmente não serão utilizados, desperdiçando o medicamento e o dinheiro do consumidor.

Nesse sentido conto com os ilustres pares para a aprovação do presente projeto de lei, que visa estimular o comércio varejista a vender medicamentos a granel, e os laboratórios farmacêuticos se sentirão impulsionados a produzir medicamentos em cartelas com menor quantidade, fazendo constar em cada cartela a data de sua validade, o que impedirá a venda de pílulas e comprimidos fora do prazo de consumo.

Sala de Sessões, 04 de fevereiro de 2004

Vieira Reis
Deputado Federal PMDB/RJ